

2025

RELATÓRIO DE AUDITORIA

AUDITORIA EM GOVERNANÇA DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO AMAPÁ - SEI 0001844- 77.2025.6.03.8000
PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 237/2024 TRE-AP/PRES/COAUDI
(PUBLICAÇÃO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ | <http://www.tre-ap.jus.br/>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. OBJETIVOS DA AUDITORIA.....	3
3. ESCOPO DA AUDITORIA	4
4. TÉCNICAS APLICADAS NA EXECUÇÃO DA AUDITORIA	4
5. POSSÍVEIS BENEFÍCIOS ESPERADOS	4
6. INTERCORRÊNCIAS	4
7. ACHADOS	5
6. RECOMENDAÇÕES	6



1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria (PAA), aprovado pela Portaria nº 237/2024/TRE-AP/PRES/COAUDI, foram realizados exames de auditoria com o objetivo de avaliar o Sistema de Governança do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP).

A auditoria buscou verificar se os mecanismos e instâncias de governança estão devidamente implementados e em conformidade com a Resolução TRE-AP nº 529/2019, assegurando transparência, integridade e accountability na gestão.

Foram analisados:

1. Atos normativos de instituição das instâncias de governança (portarias, resoluções, regimentos);
2. Relatórios e atas de reuniões periódicas relativos aos planos institucionais;
3. Registros de Grupos de Trabalho e frequência das reuniões realizadas pelas instâncias internas de governança;
4. Respostas ao questionário aplicado à(s) unidade(s) auditada(s);
5. Evidências documentais apresentadas.

O fundamento normativo da atividade de controle é a Constituição Federal/1988 (arts. 70 e 71), que atribui às Unidades de Auditoria o dever de fiscalizar as atividades dos administradores, quanto à legalidade e legitimidade dos atos praticados.

2. OBJETIVOS DA AUDITORIA

O objetivo da auditoria foi avaliar a conformidade do Sistema de Governança do TRE-AP, verificando se os mecanismos e instâncias estão implementados de acordo com a Resolução TRE-AP nº 529/2019, de modo a garantir transparência, integridade e accountability da gestão.



3. ESCOPO DA AUDITORIA

A auditoria abrangeu a análise das práticas de governança do TRE-AP, com foco no cumprimento da Resolução TRE-AP nº 529/2019, especialmente:

- Capítulo II – Das Instâncias de Governança;
- Capítulo III – Da Transição da Gestão.

4. TÉCNICAS APLICADAS NA EXECUÇÃO DA AUDITORIA

Foram aplicadas as seguintes técnicas:

1. **Questionário:** abordando a instituição e composição das instâncias de governança; o cumprimento das atribuições; o cumprimento das regras aplicadas ao processo de transição; e o acompanhamento periódico da execução do planejamento estratégico.
2. **Análise documental:** de registros formais de reuniões e outros documentos comprobatórios das instâncias de governança.

5. POSSÍVEIS BENEFÍCIOS ESPERADOS

Espera-se, com esta auditoria:

- Aperfeiçoamento do sistema de governança do TRE-AP;
- Alinhamento das instâncias de governança às prioridades da Administração;
- Cumprimento integral da Resolução TRE-AP nº 529/2019;
- Transparência nos resultados e maior apoio às decisões administrativas.

6. INTERCORRÊNCIAS

A auditoria foi concluída somente em agosto/2025, devido ao atraso no envio das respostas ao questionário e na manifestação sobre os achados preliminares pelo representante da gestão perante a equipe de auditoria (Processo SEI nº 0001844-77.2025.6.03.8000 – Id 0988902).



7. ACHADOS DE AUDITORIA

7.1. Achado 1 – Conselho de Governança não constituído e sem atuação

Descrição do Achado: O Conselho de Governança não está formalmente constituído e não cumpre sua atribuição de sugerir melhorias alinhadas ao Planejamento Estratégico.

Critério: Art. 18, I da Resolução TRE-AP nº 529/2019.

Possíveis Causas:

1. Não instituição formal do Conselho (que deve incluir Presidente, Corregedor e magistrado indicado pelo Pleno);
2. Compreensão inadequada do papel do Conselho;
3. Falta de integração entre instâncias de governança e o planejamento.

Efeito: Ausência de registros formais e de deliberações estratégicas, dificultando a melhoria contínua da governança.

Questão de Auditoria: O Conselho de Governança tem sugerido ao pleno do Tribunal diretrizes para a melhoria contínua, alinhadas ao Planejamento Estratégico Institucional?

Resposta da Unidade Auditada: Reconhece ausência de atuação e informa que tramita no Processo SEI nº 0003374-53.2024.6.03.8000 proposta de reestruturação.

Conclusão da Equipe de Auditoria: O Conselho não está formalmente instituído e, portanto, não atua.

7.2. Achado 2 - Acompanhamento do Planejamento Estratégico feito por outras instâncias

Descrição do Achado: O acompanhamento periódico do Planejamento Estratégico é realizado pelo Comitê Gestor Estratégico e por unidades técnicas, não pelo Conselho de Governança.

Critério: Art. 18, II da Resolução TRE-AP 529/19

Possíveis Causas:

1. Processos internos pouco estruturados;
2. Ausência de monitoramento pelo Conselho;

Efeito: Falha no alinhamento institucional, dificultando avaliação de riscos, desempenho e entrega de valor à sociedade.



Questão de Auditoria O Conselho de Governança está acompanhando e avaliando periodicamente a implementação do Planejamento Estratégico?

Resposta da Unidade Auditada: Confirma a prática atual e menciona a mesma proposta de reestruturação (SEI nº 0003374-53.2024.6.03.8000).

Conclusão da Equipe de Auditoria: O Conselho não atua, e suas atribuições são desempenhadas de forma paralela por outras instâncias.

6. RECOMENDAÇÕES

Com base nos achados, recomenda-se que a Administração:

- 1- Constitua formalmente o Conselho de Governança, avaliando sua viabilidade como instância essencial, e promova ações de conscientização e capacitação sobre seu papel estratégico (art. 18, I, Resolução TRE-AP nº 529/2019).
- 2- Defina fluxos claros e instrumentos de integração entre Conselho, Comitê Gestor Estratégico e unidades de planejamento, assegurando alinhamento ao Planejamento Estratégico.
- 3- Estabeleça rotinas periódicas de deliberação e encaminhamento das propostas do Conselho ao Pleno, com registro formal em atas e relatórios consolidados.

Macapá-AP, 22 de agosto de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br EDGAR GLEIDSON SOLEDADE BRAGA
Data: 22/08/2025 13:54:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Elaboração
Edgar Braga
Chefe da SAUD I

Documento assinado digitalmente
ICP Brasil MOISES SILVA CAMPOS
Data: 22/08/2025 14:07:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Revisão
Moisés Silva Campos
ASAUD



GLOSSÁRIO

- **Accountability:** Prestação de contas da gestão pública de forma clara e transparente, incluindo responsabilidade por decisões e resultados.
- **Governança:** Conjunto de mecanismos e instâncias de liderança, estratégia e controle que asseguram que as ações da Administração estejam alinhadas ao interesse público.
- **Instâncias de governança:** Órgãos colegiados ou estruturas internas responsáveis por discutir, propor e acompanhar diretrizes estratégicas da instituição.
- **Planejamento Estratégico:** Ferramenta de gestão que define objetivos, metas e ações da organização em médio e longo prazo.
- **Resolução TRE-AP nº 529/2019:** Norma interna que dispõe sobre o Sistema de Governança no âmbito do TRE-AP, prevendo, entre outros pontos, a constituição do Conselho de Governança.
- **Comitê Gestor Estratégico:** Instância interna responsável pela execução e acompanhamento operacional do Planejamento Estratégico.



SUMÁRIO EXECUTIVO

Esta auditoria teve como objetivo avaliar se o **Sistema de Governança do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP)** está implementado conforme a **Resolução TRE-AP nº 529/2019**.

Foram analisados atos normativos, registros de reuniões, respostas a questionário e documentos comprobatórios fornecidos pela gestão.

Principais achados:

1. O **Conselho de Governança** não está formalmente constituído e, portanto, não cumpre seu papel de sugerir diretrizes de melhoria contínua alinhadas ao Planejamento Estratégico.
2. O **acompanhamento do Planejamento Estratégico** vem sendo feito por outras instâncias (Comitê Gestor Estratégico e unidades técnicas), e não pelo Conselho de Governança, como previsto na Resolução.

Principais recomendações:

- Formalizar a constituição do Conselho de Governança.
- Definir fluxos claros de integração entre Conselho, Comitê Gestor Estratégico e unidades de planejamento.
- Estabelecer rotinas formais de deliberação e encaminhamento de propostas ao Pleno, com registros em atas e relatórios.

Benefícios esperados:

- Melhoria da governança institucional.
- Maior alinhamento das instâncias de governança ao Planejamento Estratégico.
- Reforço da transparência, integridade e accountability na gestão do TRE-AP.